



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA/MG**, com sede na Rua Vigário Antunes, nº 155, centro, inscrita sob o CNPJ nº 18.308.742/0001-44, isenta de inscrição estadual, por intermédio de sua Comissão de Licitação, designada pela Portaria Nº 001/2014 de 02 de janeiro de 2014, torna público aos interessados, a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO, DO TIPO MENOR PREÇO**, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações introduzidas pela Lei 9.648/98 e demais disposições legais regulamentares vigentes aplicáveis, bem como as normas e condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e em seus anexos que dele fazem parte integrante para todos os efeitos.

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia Civil para executar a **CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA FARMÁCIA DA REDE MINAS**, localizado na Rua Dr. Ezequiel, nesta cidade de Itapecerica/MG, com fornecimento total de mão de obra, equipamentos e materiais necessários à sua execução em conformidade com a Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e demais informações constantes neste edital e seus anexos:

1.2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O prédio em construção no qual serão executadas as obras, objeto desta licitação, será destinado às atividades da Farmácia Municipal, o qual desde a gestão anterior está com suas obras paralisadas. É sabido que obra inacabada causa grandes prejuízos ao erário, não só financeiro, mas também social, pois além do desperdício de recursos públicos, causa grandes transtornos e prejuízos a população. Outrossim, há uma deliberação pela continuidade da Obra emitida pela Superintendência de Assistência Farmacêutica SAF/SES/MG, da secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Isto posto, em atendimento à referida deliberação, com o entendimento de que obra parada é desperdício de recursos públicos e com foco em minimizar os prejuízos já sofridos, a atual administração decidiu retomar as obras e concluir a construção paralisada.

Ressalta-se que o término das obras trará benefícios imensuráveis a toda população e proporcionará melhorias na rede de atendimento público dos serviços de saúde desta cidade, entretanto, não dispondo o Município de recursos humanos para conclusão destas, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada para concluir os serviços, ficando assim, justificada a contratação.

2 DO DIA HORA E DO LOCAL DO CERTAME

2.1 O prazo para **protocolo dos envelopes: 001 (documentos e habilitação) e 002 (propostas)** serão até as 13h00 do dia 14 de fevereiro de 2014.

2.2 A sessão de análise e julgamento da documentação e das propostas e dos demais atos inerentes ao certame terá início às 13h30 do dia 14 de fevereiro de 2014, na sala da Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Itapecerica/MG, na Rua Vigário Antunes nº 155, 2º andar, centro, em Itapecerica/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

2.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido anteriormente, desde que não haja comunicação em contrário.

3 DA VISITA TÉCNICA

3.1 A visita técnica será nos dias **06, 07 e 10 de fevereiro de 2014** e deverá ser agendada, através de contato telefônico com o Secretário Municipal de Obras, Sérgio Augusto Lobo, nos horários de 12:00 às 18:00 horas pelo celular (37) 9104-0507.

4 DO PREÇO ESTIMADO

4.1 O Valor global estimado da contratação é de **R\$ 15.638,16 (Quinze mil, seiscentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos)**.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Todas as despesas decorrentes desta licitação estão contempladas no Plano Plurianual de Investimentos da Prefeitura Municipal de Itapeçerica e será alocada na seguinte dotação orçamentária: **Ficha 208 - 02.05.01.10.122.0027.1100 - 4.4.90.51.00.**

6 DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1 Informações complementares e esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestados pela Comissão de Licitação, no horário de 12h00 as 18h00, na sala da Diretoria de Licitações da Prefeitura, no endereço supramencionado ou pelo email: licitação@itapeçerica.mg.gov.br.

6.2 Informações pertinentes à execução das obras e/ou aos documentos relativos à sua execução serão fornecidas pela Secretaria de Obras através do email obras@itapeçerica.mg.gov.br

7 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo de construção civil, legalmente estabelecidas no País, que estejam cadastradas na unidade promotora deste certame e que, na fase de habilitação, comprovem possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e seus anexos.

7.1.1 As empresas interessadas em participar deste certame que, todavia, não estejam cadastradas nesta Prefeitura, poderão cadastrar-se até o 3º dia anterior à data de recebimento das propostas. Os documentos necessários para cadastro estão relacionados em anexo.

7.1.2 Os documentos para cadastro serão recebidos e analisados em dias úteis de 12h00 as 17h00, na sala da Diretoria de Licitações, na Rua vigário Antunes, 155, Centro- Itapeçerica/MG. Verificada a regularidade da documentação apresentada será emitido o Certificado de Regularidade Cadastral-CRC.

7.2 Não poderão participar desta Licitação:

7.2.1 Os interessados que se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

7.2.2 Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

7.2.3 Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, III da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

7.2.4 Pessoas jurídicas, isoladas ou em sociedade, cujos titulares ou sócios componentes tenham vínculos com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica, como servidor, comissionado ou agente político de qualquer natureza.

7.2.5 Empresas, ou seus representantes legais, que tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação (Art. 88, II da Lei 8.666/93).

7.2.6 Pessoas Jurídicas, ou seus representantes legais, impedidos de contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados contra a Administração Pública. (Art. 88, III da Lei 8.666/93).

7.2.7 Empresas que, pelos documentos de sua constituição, não provarem que se destinam às atividades previstas no objeto deste edital.

7.2.8 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista, ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) de capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

7.2.9 Empresa inadimplente ou que tiver contrato rescindido, ou ainda suspensa de licitar/contratar, com o Município de Itapeçerica e/ou qualquer outro órgão Federal, Estadual e Municipal de qualquer unidade da Federação.

8 DO CREDENCIAMENTO

8.1 As empresas que não puderem comparecer as sessões deste certame por meio de seus sócios-gerentes ou diretores, poderão encaminhar seus prepostos para acompanhar todo o processo licitatório, mediante procuração **COM FIRMA RECONHECIDA** (modelo anexo), acompanhada da cópia de documento de identidade com foto do procurador e de documento (contrato social ou equivalente) que comprove que o mandatário tenha poderes para a outorga do mandato.

8.2 A procuração deverá ser apresentada (fora dos envelopes) ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações no início da sessão e nela deverão estar expressos poderes para manifestar em todo o procedimento tais como, assinar documentos, receber intimações, interpor recursos e desistir de sua interposição.

8.3 A não apresentação da Carta de Credenciamento não implica na inabilitação da proponente, mas impede seu representante de discordar das decisões tomadas pela Comissão durante a sessão de abertura e julgamento dos envelopes de habilitação e proposta.

8.4 Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, este deverá apresentar documento de identidade com foto e cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9.1 Os envelopes nº 01, contendo a documentação de Habilitação, e nº 02, contendo a Proposta de Preços deverão ser entregues conjuntamente e lacrados, rubricados no fecho, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA/MG ENVELOPE Nº01 “PROPOSTA DE PREÇOS” PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 015/2014 TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2014 RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO PROPONENTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA/MG ENVELOPE Nº02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 015/2014 TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2014 RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO PROPONENTE
---	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

10 DA PROPOSTA

10.1 A proposta deverá conter o que se segue:

10.1.1 Carta Proposta conforme modelo Anexo;

10.1.2 Planilha de Orçamento em conformidade com o modelo anexo;

10.1.3 Cronograma Físico-Financeiro devidamente preenchido com os valores da empresa, em conformidade com o modelo anexo.

10.1.4 Ser apresentada em duas vias sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato.

10.1.5 Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da abertura do processo licitatório. No silêncio da proposta, subentende-se que vigorará por 60 (sessenta) dias.

10.1.6 Valor da proposta com preço em R\$ (real), expresso em algarismos, incluindo todas as despesas legais e /ou adicionais, incidentes sobre a execução das obras. Para evitar arredondamentos que impliquem em totais divergentes, os preços que compuserem a planilha deverão constar de apenas duas casas após a vírgula.

10.1.7 Planilha orçamentária que deverá ser elaborada considerando a perfeita e completa execução da obra com a utilização de mão de obra qualificada, materiais e equipamentos de acordo com as especificações constantes neste edital e seus anexos.

10.1.8 As licitantes deverão propor preços para todos os itens relacionados na Planilha de Orçamento, finalizando com o total geral e tanto os valores unitários quanto o global não poderão exceder aos valores constantes da planilha de preços de referência da Prefeitura.

10.1.9 Os preços unitários aplicados às respectivas quantidades da Planilha de Orçamento estabelecerão o preço total para execução das obras e serviços. Este preço absorve e exaure a totalidade das despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte e outros incidentes à execução total das obras.

10.1.10 Nos preços estarão inclusas, ainda, despesas com administração, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, insumos, responsabilidade civil por quaisquer danos pessoais e materiais causados a terceiros, EPI e seguros do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidente de trabalho, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais.

10.1.11 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços.

10.1.12 Para critério de julgamento, havendo divergência entre os valores unitários e totais serão considerados os primeiros e entre os expressos em algarismos e os por extenso serão considerados estes últimos.

11 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

11.1 O Envelope nº 2 “*Documentos de Habilitação*” deverá conter os seguintes documentos:

11.1.1 REGULARIDADE JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou da diretoria em exercício;
- c) Inscrição do ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Apresentar Alteração (ões) Contratual (is) (se houver) ou versão consolidada do contrato.

11.1.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de regularidade para com o INSS (CND);
- b) Prova de regularidade para com o FGTS (CND);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e União (CND);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (CND);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Licitante (CND);
- f) Prova de regularidade fiscal trabalhista – Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT);
- g) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.1.6 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) CRC (Certificado de Regularidade Cadastral) emitido pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Itapeçerica/MG.

b) Declaração elaborada em papel timbrado da empresa e subscrita por seu representante legal, assegurando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo Anexo).

c) Declaração elaborada em papel timbrado da empresa e subscrita por seu representante legal e pelo responsável técnico, assegurando que visitou o local da obra ou de que conhece as condições locais para a execução do objeto, bem como que teve acesso aos documentos técnicos inerentes a obra. (modelo anexo).

d) Declaração elaborada em papel timbrado da empresa e subscrita por seu representante legal, assegurando que a empresa não se acha declarada inidônea e está desimpedida para licitar e contratar com a administração pública (Modelo Anexo).

e) Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que queira receber tratamento privilegiado na forma do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar ainda, a **Declaração de Enquadramento** (Modelo Anexo).

11.2 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

11.2.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados, em uma única via, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, vedada sua apresentação através de cópia



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

produzida via fax ou de modo a tornar-se ilegível. Os documentos emitidos através da *internet* terão sua autenticidade verificada nos respectivos *sites*.

11.2.2 Nenhum documento será autenticado na sessão de licitação, as empresas que apresentarem documentos em cópias para serem autenticados pela Comissão Permanente de Licitação deverão fazê-lo previamente. Os trabalhos de autenticação serão encerrados 15 (quinze) minutos antes do término do prazo para protocolo dos envelopes.

11.2.3 Toda a documentação solicitada deverá estar dentro do prazo de validade, no mínimo, até a data fixada para a sessão de habilitação, os documentos que não apresentarem prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias, a partir da data de emissão.

11.2.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão estar em nome da licitante, com nº do CNPJ e, preferencialmente com o endereço respectivo. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma. Se for a filial, do mesmo modo, exceto com relação àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.3 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.3.1 A documentação fiscal das empresas de pequeno porte ou microempresa, **somente será exigida para efeito de assinatura do contrato**, devendo a empresa ainda assim apresentar toda a documentação exigida, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

11.3.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das EPPs e MEs, a elas será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

11.3.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12 DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

12.1 Expirado o prazo recursal ou após o julgamento definitivo dos recursos, se houver, a empresa vencedora do certame será convocada para comprovar sua REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA com a apresentação dos seguintes documentos:

12.1.1 REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, a no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes.

b) Garantia no valor 5% (**um por cento**) do valor da contratação em uma das modalidades prevista no **item 22** deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

12.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado (s) de Capacidade Técnico emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obras de natureza igual ou similar ao objeto da presente licitação.

c) Prova de que a licitante possui em seu quadro profissional, na data prevista para assinatura do contrato, profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente.

c1) A comprovação de que o profissional é pertencente do quadro Técnico da Licitante se fará mediante cópias autenticadas das anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou da respectiva Ficha de Registro de Empregados, ou do livro correspondente devidamente registrado no Ministério do Trabalho ou ainda de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, no caso de empregado; no caso de sócios, deverá a licitante apresentar cópia autenticada do Contrato Social e a sua última alteração. Poderá ainda ser comprovado o vínculo através de contrato de prestação de serviços celebrado entre o profissional e a empresa.

d) Certidão de Registro e Quitação do CREA do Responsável Técnico.

12.2 A não apresentação dos documentos relacionados neste item implicará na decadência do direito à contratação, facultando a Administração convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação para, comprovada a regularidade financeira e técnica da empresa, celebrar o contrato de execução do presente objeto.

13 DA IMPUGNAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

13.1 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade na aplicação da lei n 8.666/93, protocolizando pedidos até 05 (cinco) dias úteis anteriores a data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, no endereço discriminado no preâmbulo deste edital, devendo a Comissão julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis.

13.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o segundo dia útil que acontecer a abertura dos envelopes de habilitação.

14 DO PROCEDIMENTO

14.1 O procedimento licitatório **COMPREENDERÁ:** Fase de Habilitação, Fase de Classificação de Preços e Julgamento Final das propostas de preço.

14.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes e a COMISSÃO, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, marcando e notificando acerca da nova data e horário em que voltará a reunir-se.

14.3 Das sessões serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todos os licitantes e demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação, devendo as atas ser assinadas pelos seus membros e por todos os licitantes presentes.

15 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

15.1 O Presidente da Comissão anunciará a abertura dos envelopes referentes aos documentos de habilitação, os quais serão rubricados, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.

15.2 A Comissão inabilitará a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido, fazê-lo de maneira incompleta ou em desacordo com este Edital, apresentar documento com validade vencida ou com outro vício que o invalide, salvo os pressupostos contidos na LC 123/06.

15.3 Caso estejam presentes os representantes de todas as licitantes, a Comissão poderá intimá-los direta e verbalmente da decisão através da ata que documentar a reunião, a qual deverá ser assinada por todos os membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.

15.4 Não havendo renúncia expressa de alguma licitante ao exercício do direito da interposição de recurso, a Administração somente analisará as propostas comerciais após o transcurso do prazo previsto no artigo 109, I, a, da Lei nº 8.666/93.

15.5 Decorrido o período recursal, sem a interposição de recursos ou apreciados os recursos eventualmente interpostos na forma da lei, a Comissão Permanente de Licitações marcará a data para abertura dos envelopes “Proposta de Preço” das licitantes habilitadas às quais serão comunicadas via e-mail eletrônico com confirmação do recebimento pelo mesmo meio de comunicação.

15.6 Caso julgue necessário, a Comissão poderá suspender a reunião, para análise da documentação, realização de diligências ou consultas, neste caso registrará em ata dia, hora e local para comunicar o resultado da fase de HABILITAÇÃO.

15.7 Suspensa a reunião, todos os documentos de habilitação e os envelopes “Proposta de Preço”, estes devidamente fechados, ficarão em poder da Comissão, após serem rubricados por todos os seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.

15.8 Havendo licitantes inabilitados, a COMISSÃO manterá em seu poder as propostas dos licitantes inabilitados. Após o término do período recursal ou após a desistência em interpor recurso, expressa em ata assinada por todos os licitantes, os envelopes lacrados contendo as propostas serão devolvidos aos licitantes inabilitados; procedendo-se, em seguida, a abertura dos envelopes com as Propostas de Preços das licitantes habilitadas.

16 DA CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 Decidida à habilitação, serão abertos os envelopes de “Proposta de Preço” das licitantes habilitadas, os quais serão rubricados pela Comissão e pelos licitantes presentes. As propostas serão classificadas pela ordem crescente de preços.

16.2 A inobservância de qualquer das condições constantes do presente edital importará em desclassificação da proposta, podendo, contudo, a Comissão Permanente de Licitação relevar omissões puramente formais, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

16.3 Serão desclassificadas as propostas que:

16.3.1 Não atenderem às exigências deste edital e seus Anexos, bem como aquelas que não contiverem elementos técnicos suficientes para sua apreciação e/ou que apresentarem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

16.3.2 Forem apresentadas de maneira incompleta ou deixar de apresentar preço para algum item da Planilha de Orçamento;

16.3.3 Apresentarem preço excessivo, tendo como referência os valores constantes da planilha, anexo deste edital;

16.3.4 Forem manifestamente inexecutáveis, na forma do que dispõe o § 1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93, com alteração que lhe deu a Lei nº 9.648/98, ou seja, aquelas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração;

16.3.4.1 Na hipótese de propostas com indícios de inexecutabilidade, o licitante deverá demonstrar através de documentação apropriada, a plena executabilidade do preço ofertado, nos termos do art. 48, II, da Lei Federal nº 8.666/93. Ao autor da proposta caberá o ônus da prova da executabilidade, no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação, se for o caso.

16.3.5 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitações, ao seu critério, poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, escoimadas do vício que lhe deu causa.

17 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

17.1 No julgamento, a Comissão decidirá pela proposta mais vantajosa que será a que atender as exigências e condições do Edital e ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

17.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado primeiramente os critérios previstos na **Lei Complementar nº 123/2006**, quando da participação de microempresas e Empresa de Pequeno Porte.

17.3 Ao final da sessão será emitido um mapa de apuração e ata de julgamento, os quais constarão a classificação das propostas e a menção dos motivos de possíveis desclassificações, a indicação da proposta vencedora, o valor total da proposta, prazo e demais condições apresentadas.

17.4 Caso estejam presentes os representantes de todas as licitantes, a Comissão poderá intimá-los direta e verbalmente da decisão sobre a classificação e julgamento das "Propostas de Preço", registrando na ata que documentar a reunião, a qual deverá ser assinada por todos os membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.

17.5 Intimadas todas as licitantes, a Administração aguardará o prazo disposto no artigo 109, I, b, da Lei nº 8.666/93, para eventual interposição de recursos administrativos, onde, findo o prazo sem interposição dos mesmos, os autos serão encaminhados para a autoridade competente visando à homologação.

17.6 Caso algum dos licitantes venha a interpor recursos, proceder-se-á de conformidade com o estabelecido no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, contando-se como termo inicial do prazo recursal a data da lavratura da respectiva ata.

17.7 Executando os casos previstos na Lei Complementar nº123/2006, e ocorrendo o empate dos preços globais apresentados, entre duas ou mais propostas, a classificação final se fará por sorteio na forma estatuída no artigo 45 § 2º da Lei federal nº 8.666/93, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

18 DA PREFERÊNCIA CONTRATUAL

18.1 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

18.2 Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte **sejam até 10% (dez por cento)** superiores a proposta mais bem classificada.

18.3 Para efeito do disposto no Art. 44 da LC 123/2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, registrando-se inicialmente a nova proposta em ata, devendo a mesma no prazo de 02 (dois) dias úteis apresentar nova proposta e composição de custo, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

18.4 No caso de não apresentação da proposta escrita no prazo hábil, decairá o direito da licitante em contratar com o Município, não podendo mais reclamar os direitos previstos na Lei Complementar 123/2006.

18.5 Casos as licitantes as Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte não estiverem presentes nos procedimentos, estas deverão ser notificadas para que lhes sejam assegurados os pressupostos contidos no inciso I do art. Da LC 1123/2006, contando o prazo a partir da efetiva notificação.

18.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

18.7 Não ocorrendo à contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta **originalmente vencedora do certame**.

18.8 O disposto nos itens acima somente se aplicará quando a melhor proposta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

19 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1 Da decisão da Comissão Permanente de Licitações que habilitar ou inhabilitar licitantes, classificar ou desclassificar propostas caberá recurso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação do ato ou lavratura da respectiva ata.

19.2 Os Recursos Administrativos, bem como as impugnações, poderão ser interpostos através do email: licitação@itapecerica.mg.gov.br, ficando os licitantes obrigados a apresentar os originais dentro do prazo recursal, na sala de Licitações, a Rua Vigário Antunes, 155, 2º Andar- Centro – Itapecerica/MG, no horário de 12h00min as 18h00min horas, em dias úteis, sob pena de desconhecimento dos mesmos pela Comissão Permanente de Licitações.

20 DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

20.1 Transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso sobre o resultado do julgamento das propostas, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

licitação será encaminhado pela Comissão Permanente de Licitações a autoridade competente para apreciação e homologação.

20.2 A autoridade competente, quando da apreciação dos autos poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.3 Uma vez homologado o resultado da licitação, será feita a divulgação do ato homologatório no Diário Oficial do Município de Itapeçerica/MG.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Poderão ser aplicadas aos LICITANTES e à CONTRATADA, sem prejuízo da reparação dos danos causados, e a critério da Prefeitura Municipal de Itapeçerica, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão do direito de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica por período de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão aplicada.

21.1.1 A **penalidade de advertência** será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Prefeitura Municipal de Itapeçerica, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

21.1.2 As sanções de **suspensão** e de **declaração de inidoneidade** poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais nos seguintes casos:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.1.3 A **penalidade de multa** será aplicada nos seguintes casos e proporções:

a) recusa injustificada da adjudicatária em assinar o instrumento contratual: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b) atraso na prestação dos serviços, objetos desta licitação, em relação ao prazo estipulado: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

c) inexecução total ou parcial do contrato: 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

d) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos ao MUNICÍPIO ou a terceiros, independente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados: 10% (dez por cento) do valor do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

21.1.3.1 A penalidade de multa poderá ser aplicada progressiva e cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

21.1.3.2 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, se a multa aplicada for superior ao valor da garantia contratual, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

21.1.3.3 A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

21.2 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa.

22 DA GARANTIA DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

22.1 A empresa deverá oferecer, no momento da assinatura do contrato, garantia para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas eventualmente aplicadas, o qual ficará sob custódia da CONTRATANTE até a conclusão e recebimento definitivo das obras.

22.1.1 O valor da garantia será de 5% (**cinco por cento**) do valor da contratação, a qual poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança-bancária ou seguro-garantia.

22.1.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de execução, a CONTRATADA deverá substituir o referido título de crédito a fim de deixá-lo exigível.

22.2 A caução para garantia do contrato, em direito ou em título da dívida pública, deverá ser depositada em favor da CONTRATANTE, por meio de depósito identificado, em agência bancária a ser oportunamente informada pelo Município à CONTRATADA.

22.3 A caução, para garantia de Contrato, prestada na modalidade de seguro garantia, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

22.3.1 Certidão de Regularidade Operacional junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

22.3.2 Certidão de Regularidade Operacional junto ao IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

22.4 No caso de alteração contratual com acréscimo do valor original, a CONTRATADA deverá apresentar, antes da celebração do termo aditivo, garantia complementar correspondente a 5% (cinco por cento) do valor acrescido, ou substituir a garantia original por outra correspondente a 5% (cinco por cento) do novo valor global do contrato.

22.5 Após o cumprimento fiel e integral do contrato e o recebimento definitivo do objeto, a garantia prestada será liberada ou restituída pela CONTRATANTE à CONTRATADA, consoante disposto no §4 do artigo 56 da Lei n.8.666/93. Ressalvando que a devolução da caução não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades legais e contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016

Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

22.6 As obrigações dos Contratantes estão relacionadas nas **CLÁUSULAS QUARTA e QUINTA** da minuta de contrato (anexo I) que é parte integrante e indissociável do presente edital, valendo para todos os fins e efeitos de direito as disposições lá encontradas como se aqui estivessem integralmente transcritas.

23 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE DO PRAZO DE EXECUÇÃO

23.1 A vigência do contrato será de 03 (três) meses e terá como termo inicial a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme o interesse público em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93.

23.2 O prazo total para execução e entrega das obras e serviços não poderá exceder a 02 (dois) meses e terá como termo inicial a data da expedição da Ordem de Serviços.

23.3 A CONTRATADA deverá iniciar a execução das obras no prazo máximo de 03 (três) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

23.4 Na contagem dos prazos estabelecidos em dias neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal da Administração.

23.5 A CONTRATADA deverá executar a obra na forma e nos prazos discriminados no Cronograma Físico-Financeiro, no Edital e seus Anexos.

24 DO CONTRATO

24.1 As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por instrumento de contrato celebrado entre a Administração e a licitante vencedora nos termos deste edital, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes. (minuta de contrato em anexo).

24.2 A licitante vencedora terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da devida convocação, para celebrar o referido contrato. Se a licitante não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado a Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar licitação, se de interesse público, independentemente das sanções administrativas.

24.3 Para a assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar a segunda via do recibo da Caução prestada.

24.4 O contrato será assinado pelo representante legal da adjudicatória de acordo com o constante do documento de constituição da empresa, cujo nome constará, obrigatoriamente, da proposta comercial (De Preços).

24.5 Na hipótese de se fazer representar, o procurador deverá apresentar, no ato de assinatura do contrato, o competente instrumento de mandato (Procuração) do qual conste expressamente poderes para assinar o contrato em nome da empresa outorgante.

24.6 No contrato a ser firmado serão previstas as hipóteses de subcontratação, de rescisão e de prorrogação de prazo contratual, cujas cláusulas estão expressas na minuta de contrato, anexo I deste edital.

24.7 Para assegurar que os serviços sejam executados rigorosamente de acordo com o memorial descritivo e planilhas fornecidas pelo Município. A execução do contrato será



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

acompanhada e fiscalizada pelo Engenheiro do CONTRATANTE, cuja atuação e atividades estão explícitas na minuta contratual que integra este edital.

25 DAS MEDIÇÕES

25.1 As medições serão realizadas quinzenalmente pela Secretaria Municipal de Obras/Transportes da Prefeitura.

25.2 Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela **CONTRATADA** e aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**, previamente aprovadas pelo **CONTRATANTE**.

25.3 As medições serão realizadas conjuntamente por representantes do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** e será emitido o Boletim de Medição (BM), que após aprovação será encaminhado para regular processamento.

26 DO PAGAMENTO

26.1 Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia após a data de apresentação e aceitação dos documentos de cobrança e das faturas correspondentes aos serviços executados e aceitos pelo Fiscal do Contrato.

26.2 O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados baseado em medições quinzenais, sendo que as faturas deverão ser apresentadas com os seguintes documentos anexados:

26.2.1 Termo de Vistoria emitido pela fiscalização;

26.2.2 Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

26.2.3 Certidão Negativa de Débito do ISSQN, referente ao município onde os serviços estão sendo prestados;

26.2.4 Prova de regularidade para com a Previdência Social.

26.3 Para o pagamento da 1ª fatura, a **CONTRATADA** deverá, além dos documentos enumerados no item **26.2** e seus subitens, apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) referentes aos serviços contratados.

26.4 Na hipótese da **CONTRATADA** não cumprir o disposto nos **26.2** e seus subitens o **CONTRATANTE** reterá o percentual de 11% (onze por cento) sobre o valor dos serviços constante da nota fiscal, de acordo com o art. 31 da Lei nº 9.711, de 20.11.98.

26.5 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa a NF será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

27 DO RECEBIMENTO DA OBRA

27.1 O recebimento da obra será efetivado em duas etapas sucessivas:

27.1.1 Primeira etapa: após a conclusão dos serviços e mediante vistoria realizada pela **FISCALIZAÇÃO** será efetuado o **Recebimento Provisório** e, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016

Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

27.1.2 Segunda etapa: após solicitação oficial da **CONTRATADA**, nova vistoria será realizada pela **FISCALIZAÇÃO** e, constatada a conclusão das correções e complementações solicitadas, será emitido o **Recebimento Definitivo** mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes.

27.2 O Recebimento Definitivo somente será efetivado pelo **CONTRATANTE** após a apresentação pela **CONTRATADA** da Certidão Negativa de Débitos fornecida pelo INSS, Certidão de Recolhimento de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato.

27.3 Aceita a obra pelo **CONTRATANTE**, a responsabilidade da **CONTRATADA** subsiste na forma da lei. O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem a ética profissional pela perfeita execução do objeto, nos termos dos artigos 618 e 1245 do Código Civil Brasileiro.

28 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço” ou qualquer outros, após sua apresentação.

28.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da DOCUMENTAÇÃO e da PROPOSTA implica na aceitação incondicional de todos os termos do edital, sendo vedado ao licitante após o julgamento, apresentar falhas e irregularidades que o possam viciar.

28.3 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento dos “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço”, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.4 Fica reservado à Prefeitura o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, bem como anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

28.5 A Comissão Permanente de Licitações, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta apresentada, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, fato que deverá ser constado em ata.

28.6 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Itapeçerica/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

29 DOS ANEXOS

29.1 Integram o presente edital, dele fazendo parte integrante os seguintes anexos:

29.1.1 Anexo I- Minuta Contratual

29.1.2 Anexo II- Modelo de Proposta de Preço

29.1.3 Anexo III- Modelo de Termo de Credenciamento

29.1.4 Anexo IV- Modelo de Termo de Renúncia ao Prazo Recursal

29.1.5 Anexo V- Modelo de Declaração de Enquadramento de ME ou EPP

29.1.6 Anexo VI- Modelo de Declaração de Idoneidade e Desimpedimento para Licitar

29.1.7 Anexo VII- modelo de atendimento ao artigo 7º, XXXIII, CF/88



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

29.1.8 Anexo VIII- Modelo de Declaração de Visita ao Local da Obra

29.1.8 Anexo IX- Relação de documentos para Cadastro

29.2 Integram ainda, o presente Edital, os seguintes anexos de execução da obra:

29.2.1- Anexo X – Memorial Descritivo

29.2.2 - Anexo XI – Planilha de Custo

29.2.3 - Anexo XII - Cronograma Físico e Financeiro

29.2.4 – Anexo XIII - Projeto

Itapeçerica/MG, 20 de janeiro de 2014.

Virgínia Rodrigues Borges Ferreira
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO I
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA

O **MUNICÍPIO DE ITAPECERICA-MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Vigário Antunes, 155, nesta cidade de Itapecerica, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.308.742/0001-44, neste ato devidamente representado, nos termos do Decreto nº., através da Secretaria Municipal de pelo Secretário Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº., doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na nº....., Bairro, Estado de, CEP, inscrita no CNPJ sob o nº., neste ato representada pelo sócio Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº., doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõem a Constituição Federal e as normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, RESOLVEM celebrar o presente Contrato e o fazem nos termos do Processo Licitatório nº...../2014 Tomada de Preço nº...../2014 e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de engenharia civil para executar a **CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA FARMÁCIA DA REDE MINAS**, localizado na Rua Dr Ezequiel, nesta cidade de Itapecerica/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as disposições deste contrato, com todas as suas partes e especificações, bem como em conformidade como a proposta, planilhas de quantitativos e preços unitários e global que expressam a composição de todos os custos da obra.

2.2 A contratada deverá fornecer toda mão de obra qualificada necessária, mantendo na obra uma equipe homogênea, todos contratados na forma da CLT. Todos os serviços deverão ser executados com qualidade, atendendo aos requisitos de segurança e métodos construtivos estabelecidos nas normas vigentes.

2.3 Somente poderão ser empregados na obra materiais novos e de fabricantes e marcas reputados, com certificação do INMETRO e que atendam as especificações e normas da ABNT.

2.4 Para tanto, a fiscalização poderá exigir da contratada a comprovação da origem e marca dos materiais a serem empregados nas instalações, podendo ser rejeitados, caso não atendam ao item 6.6 deste Memorial Descritivo.

2.5 Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela CONTRATADA no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicadas, por escrito, ao CONTRATANTE. Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos serviços sem o consentimento prévio, por escrito, do CONTRATANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

2.6 O CONTRATANTE através do Setor competente, ao seu critério, poderá exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o mesmo caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do art. 69, da Lei nº 8.666/93.

2.7 Quaisquer alterações, modificações, acréscimos ou reduções que impliquem alteração do projeto da obra, deverão ser justificados pela fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Transportes, e autorizados, sempre por escrito, pelo CONTRATANTE.

2.8 Deverá ser mantido pela CONTRATADA, perfeito e ininterrupto, serviço de vigilância, cabendo-lhe toda responsabilidade por qualquer dano decorrente de negligência durante a execução da obra, até sua entrega definitiva.

2.9 A CONTRATADA deverá manter na obra, pessoal capacitado e compatível, de maneira que a execução dos serviços não sofra interrupções até sua conclusão.

2.10 Além de sua placa, a CONTRATADA deverá, inicialmente, confeccionar às suas expensas e afixar no canteiro de serviços uma placa alusiva à obra, com dimensões, dizeres e símbolos a serem determinados pelo CONTRATANTE.

2.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados e executados, o valor global de R\$.....(.....).

3.2 No preço contratado estão incluídos todos os custos e despesas da CONTRATADA referentes a equipamentos, materiais, mão de obra, ferramentas, instalações e quaisquer despesas que direta e indiretamente incidam na execução dos serviços.

3.3 No preço contratado estão inclusas, ainda despesas com BDI, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, responsabilidade civil por quaisquer danos pessoais e materiais causados a terceiros, EPI, seguros do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidentes de trabalho, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e demais encargos necessários à perfeita execução da obra.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Executar os serviços objeto deste Contrato em conformidade com o respectivo planejamento, Memoriais e Planilhas, utilizando-se de mão de obra dentro das especificações e normas técnicas para assegurar o controle de qualidade da obra.

4.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista.

4.3 Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, inclusive com os equipamentos de segurança, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil.

4.4 Executar, às suas expensas, os reparos ou refazimento dos serviços executados em desacordo com o Contrato e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

4.5 Proceder, no final dos serviços, à limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos e outros seus pertences, incluindo material, inservível, sobras e lixo.

4.6 Responsabilizar-se por danos e prejuízos que causar ao CONTRATANTE, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços ora licitados, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

4.6.1 Constatados dano a bens do CONTRATANTE ou de terceiros, a CONTRATADA, de pronto, responsabilizará pelos ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar. Se assim não proceder, o CONTRATANTE lançará mão dos créditos da CONTRATADA para ressarcir os prejuízos de quem de direito.

4.7 Responsabilizar-se pela segurança de todos trabalhadores nas obras e serviços contratados, obrigando-se ao cumprimento das disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho nas atividades de construção civil.

4.8 Fornecer todo material, equipamentos e ferramentas necessárias à execução das obras, inclusive os de proteção individual e/ou coletiva.

4.9 Recolher e cumprir todos os encargos sociais regidos pela C.L.T., dissídios coletivos, acordos sindicais, etc., relativo aos trabalhadores envolvidos na obra, incluindo indenizações trabalhistas ou por acidente de trabalho diretamente ou indiretamente relacionado à obra.

4.10 Esclarecer toda e qualquer dúvida sobre o projeto de execução apresentado, bem como sobre o MEMORIAL DESCRITIVO, junto a FISCALIZAÇÃO; a fim de dirimir possíveis dúvidas no seu orçamento.

4.11 Recolher e apresentar à Secretaria de Obras e Transportes desta PREFEITURA, a devida A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) da Referida Obra.

4.12 Designar responsável técnico da obra (RT) Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente inscrito no Órgão Competente da Região que está jurisdicionada a obra.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Emitir a Ordem de Serviço, coordenação, a supervisão e a fiscalização dos trabalhos objeto desta licitação por meio da Secretaria Municipal de Obras e Transportes e, ainda, fornecer à CONTRATADA, os dados e os elementos técnicos necessários à realização dos serviços licitados.

5.2 Efetuar à CONTRATADA os pagamentos nas condições estabelecidas neste instrumento Convocatório.

5.3 Designar o responsável técnico pela fiscalização da obra (Engenheiro/Arquiteto).

5.4 Fiscalizar a execução do contrato de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, nos termos do Convênio, em especial o cumprimento dos prazos de análise da respectiva prestação de contas.

5.5 Fornecer todo material necessário para execução das obras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DO CONTRATO

6.1 A empresa deverá oferecer, no momento da assinatura do contrato, garantia para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o qual ficará sob custódia do CONTRATANTE até a conclusão e recebimento definitivo das obras.

6.1.1 O valor da garantia será o equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, a qual poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança-bancária ou seguro-garantia.

6.1.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de execução, a CONTRATADA deverá substituir o referido título de crédito a fim de deixá-lo exigível.

6.2 A caução para garantia do contrato, em direito ou em título da dívida pública, deverá ser depositada em favor do CONTRATANTE, por meio de depósito identificado, em agência bancária a ser oportunamente informada pelo Município à CONTRATADA.

6.3 A caução, para garantia de Contrato, prestada na modalidade de seguro garantia, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

6.3.1 Certidão de Regularidade Operacional junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

6.3.2 Certidão de Regularidade Operacional junto ao IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

6.4. No caso de alteração contratual com acréscimo do valor original, a CONTRATADA deverá apresentar, antes da celebração do termo aditivo, garantia complementar correspondente a 5% (cinco por cento) do valor acrescido, ou substituir a garantia original por outra correspondente a 5% (cinco por cento) do novo valor global do contrato.

6.5 Após o cumprimento fiel e integral do contrato e o recebimento definitivo do objeto, a garantia prestada será liberada ou restituída pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, consoante disposto no §4 do artigo 56 da Lei n 8.666/93. Ressalvando que a devolução da caução não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades legais e contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

7.1 A CONTRATADA, tendo visitado o local onde serão executados os serviços objeto deste contrato, declara que se inteirou acerca dos aspectos operacionais, técnicos e administrativos e das condições que influirão na execução dos trabalhos, não lhe ocorrendo dúvidas quanto às implicações relacionadas com os trabalhos que se desenvolverão no referido local.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1 Os preços contratados não sofrerão reajuste no período correspondente ao contrato de execução da obra. A obra será executada pelo preço global constante da proposta de preço e planilha apresentadas pela CONTRATADA no Processo Licitatório que deu origem a esta contratação.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia após a data de apresentação e aceitação dos documentos de cobrança e das faturas correspondentes aos serviços executados e aceitos pelo Fiscal do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

9.2 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor dos serviços executados baseado em medições quinzenais, sendo que as faturas deverão ser apresentadas com os seguintes documentos anexados:

9.2.1 Termo de Vistoria emitido pela fiscalização;

9.2.2 Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.3 Certidão Negativa de Débito do ISSQN, referente ao município onde os serviços estão sendo prestados;

9.2.4 Prova de regularidade para com s Previdência Social.

9.3 Para o pagamento da 1ª fatura, a CONTRATADA deverá, além dos documentos enumerados no item **9.2** e seus subitens, apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) referentes aos serviços contratados.

9.4 Na hipótese da CONTRATADA não cumprir o disposto nos **9.2** e seus subitens o CONTRATANTE reterá o percentual de 11% (onze por cento) sobre o valor dos serviços constante da nota fiscal, de acordo com o art. 31 da Lei nº 9.711, de 20.11.98.

9.5 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa A NF será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 Todas as despesas decorrentes deste contrato estão contempladas no Plano Plurianual de Investimentos da Prefeitura Municipal de Itapeçerica e será alocada na seguinte dotação orçamentária: **Ficha 208 - 02.05.01.10.122.0027.1100 - 4.4.90.51.00.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1 O presente contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante formalização de respectivo Termo Aditivo, com as devidas justificativas.

11.2 Quaisquer alterações, modificações, acréscimos ou reduções que impliquem alteração do projeto da obra, deverão ser justificados pela fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Transportes, e autorizados, sempre por escrito, pelo CONTRATANTE.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1 Os serviços objeto desta contratação poderão ser acrescidos ou suprimidos dentro dos limites previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

12.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Engenheiro do CONTRATANTE, o qual será doravante denominado **FISCAL DO CONTRATO**. A FISCALIZAÇÃO exercerá todos os atos necessários à verificação rigorosa do cumprimento dos projetos e especificações, no que se refere à qualidade dos materiais e serviços, quanto na boa técnica de execução; ficando a CONTRATADA obrigada a demolir e refazer os trabalhos rejeitados, ocorrendo por sua conta exclusiva as despesas desses serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

13.2 Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o Fiscal do Contrato impugnará as respectivas etapas, discriminando as falhas ou irregularidades encontradas, e apresentará proposta para a adoção das medidas cabíveis.

13.3 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços em prazo definido pelo fiscal do contrato.

13.4 A fiscalização será exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Município ou de seus agentes e prepostos.

13.5 A FISCALIZAÇÃO REALIZARÁ, DENTRE OUTRAS, AS SEGUINTE ATIVIDADES:

13.5.1 Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente à obra, incluindo o contrato, orçamentos, cronogramas, caderneta de ocorrências, relatórios, medições e demais documentos inerentes;

13.5.2 Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

13.5.3 Paralisar e/ou solicitar que sejam refeitos quaisquer serviços que não sejam executados em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

13.5.4 Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras ou de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da FISCALIZAÇÃO ou cuja presença no local da obra seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos.

13.5.5 Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS MEDIÇÕES

14.1 As medições serão realizadas quinzenalmente em conjunto por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA e será emitido o Boletim de Medição (BM), que após aprovação será encaminhado para regular processamento.

14.2 Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados previamente pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Poderão ser aplicadas aos LICITANTES e à CONTRATADA, sem prejuízo da reparação dos danos causados, e a critério da Prefeitura Municipal de Itapeçerica, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

- c) suspensão do direito de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapecerica por período de até 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão aplicada.

15.1.1 A **penalidade de advertência** será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Prefeitura Municipal de Itapecerica, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

15.1.2 As sanções de **suspensão** e de **declaração de inidoneidade** poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais nos seguintes casos:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.1.3 A **penalidade de multa** será aplicada nos seguintes casos e proporções:

- a) atraso na prestação dos serviços, objetos desta licitação, em relação ao prazo estipulado: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- b) inexecução total ou parcial do contrato: 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- c) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos ao MUNICÍPIO ou a terceiros, independente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados: 10% (dez por cento) do valor do contrato;

15.1.3.1 A penalidade de multa poderá ser aplicada progressiva e cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

15.1.3.2 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, se a multa aplicada for superior ao valor da garantia contratual, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.1.3.3 A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

15.2 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL

16.1 Somente será concedida prorrogação do prazo de execução do presente contrato, caso a CONTRATADA efetivamente demonstre e comprove, em pedido fundamentado, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ocorrência de fato superveniente e/ou imprevisível e/ou de difícil previsão, impeditivos da entrega no prazo estipulado na proposta.

16.2 Serão descontados do prazo contratual e de execução os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da Administração, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou de força maior.

16.3 Na contagem dos prazos estabelecidos em dias neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal da CONTRATANTE.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA -DA RESCISÃO

17.1 O contrato poderá ser rescindido mediante motivação formal nos autos respectivos, no caso de sua inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos previstos no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.

17.2 Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer à rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA -DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE DO PRAZO DE EXECUÇÃO

18.1 A vigência do contrato será de 03 (três) meses e terá como termo inicial a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme o interesse público em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93.

18.2 O prazo total para execução e entrega das obras e serviços não poderá exceder a 02 (dois) meses e terá como termo inicial a data da expedição da Ordem de Serviço.

18.3 Na contagem dos prazos estabelecidos exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal da Administração.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

19.1 O recebimento da obra será efetivado em duas etapas sucessivas:

19.1.1 Primeira etapa: após a conclusão dos serviços e mediante vistoria realizada pela FISCALIZAÇÃO será efetuado o **Recebimento Provisório** e, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes;

19.1.2 Segunda etapa: após solicitação oficial da CONTRATADA, nova vistoria será realizada pela FISCALIZAÇÃO e, constatada a conclusão das correções e complementações solicitadas, será emitido o **Recebimento Definitivo** mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes.

19.2 O Recebimento Definitivo somente será efetivado pelo CONTRATANTE após a apresentação pela CONTRATADA da Certidão Negativa de Débitos fornecida pelo INSS, Certidão de Recolhimento de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

19.3 Aceita a obra pela CONTRATANTE, a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da lei. O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem a ética profissional pela perfeita execução do objeto, nos termos dos artigos 618 e 1245 do Código Civil Brasileiro.

19.4 O Recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita adequação técnica dos projetos elaborados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

20.1 O presente Contrato fundamenta-se:

20.1.1 Na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações;

20.1.2 Nos preceitos de direito público;

20.1.3 Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

20.1.4 No Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002).

20.2 O presente Contrato vincula-se aos termos:

20.2.1 Dos autos da Tomada de Preço nº 001/2014;

20.2.2 Da Proposta Comercial e Anexos apresentados pela CONTRATADA.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação do resumo deste contrato em mural, órgão oficial de imprensa do Município, em conformidade com a Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 02/2003 de 29/01/2003.

22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 Elegem as partes o foro da Comarca de Itapecerica-MG, como competente e exclusivo para dirimir quaisquer dúvidas que porventura originarem do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Itapecerica/MG, de de

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunha:

Testemunha:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Visto: _____
Dr. Edson Araújo Rios
OAB/MG 997-A
Secretário Jurídico Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

À
Prefeitura Municipal de Itapeçerica/MG
Comissão Permanente de Licitações
Ref. Processo Licitatório nº

Tomada de Preço nº

A EMPRESA:

CNPJ/MF SOB Nº

RUA E Nº CIDADE E UF:

Constitui objeto da presente proposta a prestação de serviços de engenharia civil para executar a **CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA FARMÁCIA DA REDE MINAS**, localizado na Rua Dr Ezequiel, nesta cidade de Itapeçerica/MG.

Os serviços serão executados em conformidade com as disposições do edital, com todas as suas partes e especificações, bem como em conformidade com as planilhas de quantitativos e preços unitários e global que expressam a composição de todos os custos elaborados por esta empresa.

Para execução total dos serviços, objeto desta licitação, apresentamos proposta no valor global de R\$.....(.....), conforme detalhamento constante na planilha anexa.

Nesta oportunidade DECLARAMOS que:

No preço ofertado inclui todas as despesas com equipamentos, materiais, mão de obra, ferramentas e demais despesas necessárias a execução da obra.

Nos preços estão inclusas, ainda, despesas com BDI, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, responsabilidade civil por quaisquer danos pessoais e materiais causados a terceiros, EPI, seguros do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidentes de trabalho, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e demais encargos referentes à execução da obra.

Para orientação de V. Sas. , informamos que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar data marcada para a entrega dos envelopes e nos comprometemos em assinar o contrato, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, no prazo que for estabelecido na respectiva convocação.

Declaramos ainda que executaremos a obra num prazo máximo de 02 (dois) meses, contados da autorização para início da obra, fornecido pela Prefeitura Municipal de Itapeçerica/MG e que, caso julgada vencedora, prestaremos garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser atualizada nas mesmas condições desta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

Assim, submetemos à apreciação de V. Sas. Proposta relativa à Tomada de Preço em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros e/ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

(Anexar planilhas orçamentárias demais documentos que instruírem a proposta)

Local e Data. _____

.....
Assinatura do responsável pela empresa ou preposto Nome completo e CPF Função
(proprietário, sócio-gerente, diretor, etc.)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

Pelo presente instrumento de mandato a (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº., com sede na (endereço completo da empresa), neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço, nomeia e constitui, seu bastante Procurador, o Senhor(nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere poderes para representá-la na Prefeitura Municipal de Itapeçerica/MG (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) e em nome da outorgante praticar todos os atos necessários na licitação acima referida (ou de forma genérica para licitações em geral), conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinar documentos, receber e dar quitação, dando tudo por bom firme e valioso.

Local e Data. _____

Assinatura do responsável pela empresa ou preposto
Nome completo e CPF
Qualificação (proprietário, sócio-gerente, diretor, etc.)
CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA

OBS: Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa. Em caso de firma individual, o registro comercial; nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO ODE RENUNCIA DE PRAZO RECURSAL
LICITATÓRIO Nº 015/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

A Proponente abaixo assinada, participante da licitação acima referenciada, na forma e sob as penas impostas pela Lei Federal nº 8.666/93, de 22 de junho de 1993, e alterações posteriores, DECLARA que não pretende recorrer da decisão dessa Comissão que julgou os documentos de habilitação para licitação em epígrafe, renunciando expressamente ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados.

Local e Data. _____

Razão social da empresa

Nome e assinatura de sócio ou representante legal da empresa sobre carimbo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO V
MODELO DE ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2014
TOMADA DE PREÇO N.º 001/2014

A licitante _____, CNPJ n.º _____, com sede na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, CEP _____ em _____/____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos para configuração como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, estabelecidos na Lei Complementar 123/2006.

Local e Data. _____

Carimbo da Empresa:

Assinatura do Representante Legal: _____

Cargo: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

A empresa..... registrada no CNPJ sob o nº _____, através de seu **(sócio, titular, ou quem de direito)**, Sr. DECLARA para os fins previstos no edital do pregão supramencionado que é idônea para licitar e/ou contratar com a Administração Pública e que não incorre em qualquer dos impedimentos abaixo:

- a)** Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b)** Não se encontra impedida de contratar com a Administração Pública, que não incorre nas condições impeditivas no art. 9º da Lei Federal 8.666/93, consolidada pela Lei Federal 8.883/93 e está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c)** Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços ou fornecimento do produto, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5(cinco) anos;

DECLARA ainda, que não se encontra sob intervenção estatal, liquidação, falência, dissolução ou concurso de credores, bem como não se encontra sob subcontratação.

Por ser expressão da verdade firma a presente.

Local e Data. _____

Nome completo, CPF e assinatura do Declarante

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ATENDE AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº. 9.854/99
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

------(nome da empresa), com sede na -----
------(endereço da empresa), CNPJ -----,
por seu representante legal infra-assinado, em atenção ao acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

Ressalva: emprega menor de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Local e Data. _____

Nome completo, CPF e assinatura do Declarante

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

Local e data

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Tomada de preço Nº..... /2014

Pelo presente DECLARAMOS expressamente que esta empresa através de seu responsável técnico visitou o local e a região onde serão executadas as obras referenciadas **(ou de que conhece as condições locais para a execução do objeto)**, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços e no cumprimento das obrigações objeto deste Edital. Outrossim, DECLARAMOS que tivemos acesso aos projetos executivos, especificações técnicas e demais documentos técnicos inerentes a obra e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital da licitação e seus anexos, bem como cientes de que não poderemos alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações advindas da presente licitação.

.....
Firma Proponente / CNPJ

.....
Responsável Técnico
CREA.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO IX
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1) Cédula de Identidade (de quem assina pela firma), art. 28, inc. I. (cópias autenticadas)
- 2) Registro Comercial – se Empresa individual; art. 28, inc. II.
- 3) Contrato ou Estatuto Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de Sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; art. 28, inc. III (cópia autenticada)
- 4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades Civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; art. 28, inc. IV
- 5) Decreto de autorização, se tratando de empresa estrangeira, art. 28 inc. V

REGULARIDADE FISCAL

- 1) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Art. 29, inc. I
- 2) Inscrição Municipal ou Estadual; Art. 29, inc. II
- 3) Certidão Negativa de Débito Conjunta Federal e Dívida Ativa; Art. 29, inc. III
- 4) Certidão Negativa de Débito Estadual; art. 29, inc. III
- 5) Certidão Negativa de Débito Municipal; art. 29, inc. III
- 6) Certidão Negativa de Débito INSS; art. 29, inc. IV
- 7) Certidão Negativa de Débito com o FGTS; art. 29, inc. IV
- 8) Declaração assinada pelo titular da Empresa, afirmando não constar no quadro funcional da sua empresa, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda menores de 16 anos, a não ser que se comprove ser aprendiz e não seja menor de 14 anos; Lei 9854/99 que altera os art. 27 e 28 da Lei 8666/93. (original)
- 9) CNDT Certidão negativa de débitos trabalhista

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 1) Registro ou inscrição na Entidade Profissional Competente; art. 30, inc. I

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- 1) Certidão Negativa de falência/Concordata; art. 31, inc. I (original ou cópia autenticada)